



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPESES DO NORTE

Nº 28 — 2ª SÉRIE JULHO DE 1973 PREÇO \$50

OS CAMPESES NO CONGRESSO DE AVEIRO

O 5.º Congresso da Oposição Democrática que reuniu em Aveiro, de 4 a 8 de Abril, milhares de democratas, foi uma poderosa demonstração da força e da organização do Movimento Democrático, uma grande manifestação de massas contra o Governo fascista.

Mas o Congresso de Aveiro não representou só uma importante vitória das forças democráticas sobre o fascismo que tudo fez para impedir que milhares de pessoas acorressem a Aveiro e mobilizou o seu aparelho repressivo para intimidar e aterrorizar os congressistas. O Congresso da Oposição representou também um grande êxito no que diz respeito à importância dos trabalhos, teses e conclusões que foram discutidos colectivamente e democraticamente durante as sessões de trabalho, abrangendo os principais problemas nacionais e a situação do povo português. Foram apresentadas ao Congresso cerca de 200 teses e comunicações, metade das quais colectivas, produto de largos debates sobre variados aspectos da situação económica, social, cultural e política de diversas regiões, de classes sociais ou profissionais.

Os camponeses também marcaram a sua presença neste 5.º Congresso da Oposição, denunciando em várias teses a miséria e carencias das populações rurais, a crise da agricultura e a situação ruïnosa dos pequenos produtores, provocadas pela política do

governo fascista.

Alguns desses trabalhos foram realizados por grupos de camponeses. Por exemplo, para a elaboração dum trabalho sobre uma região rural, foram feitas várias reuniões com a participação de 60, 70 e 80 pessoas de várias localidades da região. As conclusões tiradas da generalidade dessas teses e comunicados sublinhavam que a situação desesperada dos que trabalham a terra, é, fundamentalmente, um problema político; que só o estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático permitirá realizar a necessária Reforma Agrária que abra caminho a uma vida desafogada nos campos.

A consolidação da unidade democrática, o reforço do Movimento Democrático e o ascenso da luta popular de massas contra o fascismo são problemas que interessam vitalmente a todos os que trabalham a terra, assalariados rurais, pequenos e médios agricultores. A participação activa no Congresso da Oposição Democrática de muitos camponeses de várias regiões comprova que, cada vez mais, as camadas arruinadas, humilhadas e exploradas do campesinato tomam consciência de que a defesa dos seus interesses está indissolúvelmente ligada à luta geral do nosso Povo contra o regime fascista, pela Liberdade, a Democracia e a independência nacional.

LUTEMOS PELA REFORMA AGRÁRIA!

A FARSA DAS CASAS DO POVO

GES
PCP

De várias regiões chega-nos a informação de que está a ser muito enérgica a resistência das populações rurais à criação de novas Casas do Povo. Noutros lados onde as autoridades fascistas pretendem obrigar os camponeses a pagar cotas às Casas do Povo duma freguesia distante, prometendo que eles passam a gozar os «serviços» dessa Casa do Povo, a recusa tem sido geral. Respondem os camponeses que se os sócios que moram perto não recebem nenhum benefício, muito menos os que ficam à distância de dezenas de quilómetros. Também está a ser bastante generalizada a recusa dos camponeses ao pagamento das cotas para as Casas do Povo já existentes nas suas freguesias.

Estas atitudes de viva resistência que se têm verificado em várias regiões do Norte são o melhor desmascaramento da propaganda demagógica que os fascistas vêm fazendo sobre os benefícios das Casas do Povo.

Quarenta anos depois da sua criação, as Casas do Povo já tiveram tempo de sobra para mostrar que são organismos mortos, completamente inoperantes, que só têm trazido aos camponeses encargos e despesas.

Quanto à apregoada criação de novas Casas do Povo, vai resultar em maiores sacrifícios financeiros dos habitantes das freguesias e respectivas Juntas. Para os assalariados agrícolas que forem sócios efectivos das Casas do Povo a assistência continuará a ser, como até aqui, pouco mais que inexistente é a Casa do Povo não cobrirá doenças profissionais nem acidentes de trabalho, enquanto os abonos (se forem pagos) são uma quantia irrisória que para nada chegará. Para todos os outros produtores agrícolas, as promessas do Governo são uma farsa, pois só lhes será dada assistência se provarem que os seus meios de vida lhes não asseguram situação diversa dos assalariados rurais. Assim, basta terem as quatro paredes duma casa ou um palmo de terra para perderem o direito a qualquer assistência. É este o caso da grande maioria dos camponeses nortenhos.

O que o Governo pretende é fazer obra de fachada, fingindo que vai resolver finalmente o problema da ausência de assistência e previdência aos trabalhadores do cam-

po. À custa do dinheiro dos trabalhadores vão ganhar «tachos» uns quantos protegidos fascistas que ficarão nas Casas do Povo a exercer pressões, a policiar e a controlar politicamente e mais de perto as populações rurais.

UM "BENEFICIÁRIO" DAS CASAS DO POVO

Um leitor de «A Terra» conta-nos que em Vermoim, no concelho da Maia, um caso escandaloso tem provocado a indignação de toda a gente séria. Trata-se do roubo descarado de cerca de cem contos (há quem fale em quantia maior) praticado por um tal Fernando Teixeira dos Santos enquanto foi membro da Comissão Administrativa e depois Presidente da Direcção da Casa do Povo de Vermoim. Este indivíduo que esteve vários anos à frente da Casa do Povo nem mesmo é agricultor, mas sim comerciante, e só tinha a recomendá-lo para tal cargo a sua qualidade de fascista notório.

O seu caso não é único, pois por todo o lado dirigentes das Casas do Povo, dos Grêmios, Juntas e outros organismos fascistas se têm enchido a coberto das suas funções. Mas aconteceu que um ingénúo funcionário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência descobriu o roubo e levantou o caso. A acusação era precisa e bem definida: roubo de 98 985\$80, acusação comprovada com contas, datas e números. Em princípios de Julho efectuou-se o julgamento.

Pois o fascista foi absolvido porque do I.N.T.P. não apareceu ninguém em Tribunal a manter a acusação. «Abafaram o caso, mas não podem é calar a boca do povo» — diz o agricultor da região que nos relatou o escândalo que, segundo ele, serviu para tornar ainda mais clara aos olhos de muitos a sua engrenagem dos organismos corporativos fascistas. Comenta o nosso leitor: «Este fascista e tantos outros ladrões como ele é que são os verdadeiros beneficiários das Casas do Povo e o resto são tretas e discursos».



O POVO LEVANTA-SE EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS

Uma multidão de mais de mil pessoas armadas de picaretas, machos e enxadas avançou para as belas vivendas de férias dos ricos e destruiu à sua frente muros, vedações, esteios, pátios, poços, chegando mesmo a danificar algumas casas. Isto passou-se no dia 11 de Junho, entre as praias da Apúlia e Oltir. Era o povo dos lugares da Apúlia, Cedovem, Pedrinhas, Criaz, Fonte Boa e Paredes que em reunião geral tinha decidido — e cumpriu — fazer justiça pelas suas próprias mãos. Lavradores-pescadores que vivem da apanha do sargaço, principal adubo que usam no cultivo das suas terras, ano após ano vinham sendo espoliados dos terrenos à beira-mar por uma corja de grandes burgueses. Industriais, financeiros e políticos como o Correia de Oliveira (que foi Ministro da Economia e está nos Conselhos de Administração de Bancos e grandes companhias) construíram ali luxuosas vivendas, foram alastrando as vedações e muros, tudo clandestinamente e roubando os terrenos ao povo. Esses terrenos pertencem há perto de cem anos à população da Apúlia, pois foram-lhes concedidos por foral em 1877 com o fim de servirem à seca do sargaço.

As queixas e protestos do povo às autoridades vinham de há muitos anos. Sem resultado. As autoridades fascistas, tão rápidas a mandar demolir as pobres barracas dos trabalhadores, protegem as construções clandestinas dos ricos, contra os legítimos interesses da população.

A situação chegou a tal ponto que os sar-

gaceiros já não tinham lugar por onde puxar os carros do sargaço nem espaço para seccá-lo. Certos de que a justiça só seria feita se o fôsse pelas suas mãos, os lavradores-pescadores da Apúlia fizeram reuniões e decidiram colectivamente demolir as construções e vedações ilegais que estavam a impedir o seu ganha-pão. Foi uma grande festa da unidade do povo!

Alguns burgueses estavam dentro das casas (e até tinham armas, diz o povo). A GNR também apareceu. Mas aquela massa de gente parecia uma grande vaga que rebenta com todos os diques — ninguém conseguia segurá-la. Os burgueses trancaram-se cozidos de medo; a GNR ficou em respeito. E agora os trabalhadores da Apúlia afirmam, com uma nova consciência da sua força, estar firmemente decididos a não consentir que lhes voltem a roubar os seus direitos.

Como dizia o manifesto ao povo da Apúlia assinado pelo Comité Local do Porto do Partido Comunista Português:

« — Só através da luta é possível fazer re-
curar os ricos e o seu governo!

« — Contra a unidade e vontade do povo nada podem fazer a GNR e outras polícias, os presidentes das Câmaras ou os Mareceiros!

« — Não vos deixeis levar com promessas ou conversas fiadas! »

Estas lições, que podemos tirar da luta decidida e corajosa do povo da Apúlia, servem igualmente de estímulo e incitamento às populações que vivem situações semelhantes, espoliadas nos seus legítimos direitos.

PROMESSAS DE DEPUTADO...

(continuação da pág. 4)

tido que a taxa ia ser abolida.

Este patrioteiro que discursa sobre o "bem do povo" é, à boa moda fascista, um arranjista ganancioso. Abastado proprietário da região do Dão, com grandes interesses em vinha do famoso vinho do Dão que é de alta gradua-

ção, ele ia beneficiar com a taxa. Pois, como se sabe, a taxa é aplicada sobre a quantidade do vinho (por litro) enquanto uma percentagem desta taxa é depois distribuída aos proprietários de vinhos altamente graduados como por exemplo os do Ribatejo e do Dão (zonas onde a vinha pertence a grandes lavradores). Deste modo o deputado, como fascista que é, defendia que pagassem os pequenos (o vinho das regiões de pequena propriedade do Norte é de baixa graduação) para encher as algibeiras dos grandes, entre elas a sua.

O QUE É "AGRICULTURA DE GRUPO" ?

A agricultura portuguesa está em crise e é desta crise que o governo antipopular de Marcelo Caetano se vai aproveitar para trair profundamente os interesses do trabalhador rural e do pequeno agricultor. Sabe-se que a crise agrícola tem principais causas na desigual repartição da propriedade, na sua pequena dimensão, na economia de auto-abastecimento que lhe é consequente e na falta de cultura do povo camponês, resultante do desprezo a que, primeiro Salazar e depois o seu fiel herdeiro Marcelo Caetano, o votaram.

Essa crise, traduzida na impossibilidade de o pequeno camponês e do trabalhador rural poderem sobreviver da cultura da terra, levou a que o governo fascista de Marcelo Caetano procurasse uma solução, não que servisse os interesses da maioria, mas que protegesse uma classe já desafogada como é a dos médios e grandes proprietários rurais. E assim importou de França a chamada «agricultura de grupo», que, pelo seu nome, pretende sugerir demagógicamente uma forma colectiva de exploração da terra.

E que é afinal «agricultura de grupo»? «Agricultura de grupo» é uma sociedade constituída por médios e grandes agricultores, que, unidos, conseguem formar uma grande exploração, rentável pelo seu tamanho e pela possibilidade de aplicação das

técnicas mais modernas da mecanização, da pecuária e da agricultura em geral. Para isso, o governo põe à disposição dessa sociedade os fundos públicos que pertencem ao povo, sob a forma de subsídios avultados e de créditos. Assim, o dinheiro com que o pequeno camponês contribui passa para as mãos do médio e grande proprietário.

O pequeno agricultor, por este caminho, está condenado a desaparecer, a ir trabalhar para a indústria e para o estrangeiro, como já se verifica. A «agricultura de grupo» não os serve a eles porque o médio e grande-lavrador nem sequer põem a hipótese de lhes abrir a sociedade: as suas terras são pequenas e dispersas. O grande agricultor está mais interessado, primeiro em arrendá-las, depois em adquiri-las, o que se torna muito fácil se pensarmos que o pequeno agricultor não se aguentará muito tempo com as suas leiras. A carestia da vida por um lado e o conhecimento, pelos meios de informação, de que há uma vida melhor, por outro, levam a que o pequeno camponês abandone a sua actividade para se dedicar a outras nas cidades e no estrangeiro, agravando ainda mais a sua condição de explorado. Abandonadas as terras, os seus herdeiros, filhos ou netos, habituados a uma vida de cidade, nunca mais voltarão à agricultura. Assim se vê já hoje. As terras ficam sucessivamente a montê. As pessoas acabam por desinteressar-se de uma coisa que para nada lhes serve e vendem as suas pequenas explorações. Quem vai comprá-las? Será precisamente essa sociedade, a quem chamam «agricultura de grupo», detentora já de uma grande área e de uma economia sólida. Aos poucos, irão comprando todas as terras dos pequenos agricultores da sua região e o que dantes era por exemplo de cem passará então a ser de quatro ou cinco. Os que já estavam bem, melhor ficaram e os que se encontravam mal, ficaram sem nada. É aonde leva a política agrária do governo de Marcelo Caetano. Torna-se urgente dizer não à «agricultura de grupo». É necessário reclamar uma forma verdadeiramente colectiva de exploração da terra, que proteja os interesses do trabalhador rural e do pequeno agricultor.

PROMESSAS DE DEPUTADO...

Vão realizar-se em breve, no mês de Outubro, as eleições para deputados e já os governantes fascistas andam numa roda viva a fazer a sua propaganda demagógica. O ditado popular antigo: De promessas está o inferno cheio, bem podia ser modernizado para o seguinte: De promessas está a Assembleia Nacional cheia.

Um bom exemplo disto é o que se passou na campanha eleitoral de há quatro anos com um deputado fascista, um tal Malafaia Novais do Toçado. Como todos os seus comparsas, prometeu mundos e fundos, nas suas discursatas eleitorais. Contecedor da reacção de protesto dos camponeses, contra a taxa de \$20 por litro de vinho, prometeu que ela seria abolida. Passados tempos, esse descaçado não teve vergonha de defender publicamente o pagamento dessa taxa numa reunião de viticultores em S. Pedro do Sul. É claro que o sujeito foi publicamente desmascarado pelos mesmos agricultores a quem ele tinha prome-

(continua na pág. 3)